

Ociosidade viabiliza expansão industrial

Denise Neumann
De São Paulo

O Brasil pode crescer até 4% em 2004 (embora as previsões mais otimistas só cheguem a 3,5%) sem que isso provoque pressões generalizadas sobre os setores produtivos. A indústria de transformação opera, hoje, com uma ociosidade média de 19%. O nível de utilização, contudo, varia de perigosos 90% em setores como a siderurgia e o papel e papelão a tranquilíssimos 53% em bebidas ou mesmo os 76% da indústria de material de transporte.

A expressiva capacidade ociosa da indústria, aliada à queda na renda disponível (superior a 10% em três anos), fará com que o país caminhe a passos lentos em 2004, acredita a maioria dos analistas fora do governo. Essa mesma maioria avisa: em 2005, os gargalos começam a aparecer de forma mais consistente e o país não poderá acelerar o vôo.

Os economistas do setor privado também calculam que o PIB potencial do país está próximo a 3,5%. Crescer acima de 4% é para depois que vierem os investimentos. Os gargalos estão na infra-estrutura (energia elétrica e estradas, principalmente) e na indústria de bens intermediários (aço, com certeza).

O Brasil não está investindo nem 17% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, como calcula o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em termos reais, considerando a elevação do custo do investimento, essa taxa está próxima a 13%, avalia o ex-secretário da Fazenda paulista, Yoshiaki Nakano. A taxa de 17% já é recorde de baixa.

“Além do baixo investimento, o país não fez nada concreto para sair da situação que o fez crescer menos de 1%. E crescimento de 3% não traz emprego de volta”, observa o sócio da Rosenberg & Associados José Augusto Savasini.

Para ele, a queda na renda disponível para o consumo nos últimos anos foi “brutal” e é um constrangimento adicional ao crescimento do país.

Para o diretor-executivo do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida, dentro da indústria o setor mais próximo do gargalo é a siderurgia. Na sequência, vem o setor de eletrônicos. Este, nem possui produção local de boa parte dos itens necessários à produção. Mas ele pressionará o PIB pelo lado das importações. “Os setores com oferta insuficiente, enquanto

forem minoria, terão a situação resolvida pela balança comercial”, argumenta Almeida.

Na avaliação da economista Mônica Baer, da MB Associados, a recuperação da demanda doméstica vai aumentar o consumo interno de bens intermediários, como aço e celulose, entre outros. Especialmente na siderurgia, diz, pode haver um duplo reflexo negativo: os preços internos tendem a aumentar pela maior demanda e o país tende a ter perda de receita cambial, pois as usinas tendem a reduzir a exportação recorde deste ano para atender ao mercado interno.

Mesmo essa pressão, contudo, tem efeitos marginais sobre o PIB, diz Mônica. A economia co-

mo um todo (e PIB potencial olha sempre para o conjunto, lembra ela) seguirá em uma passo lento pelo efeito renda e baixo nível de investimento. Além de um Estado com limitação para gastos.

Na avaliação da MB Associados, o país cresce 3% em 2004. Esse ritmo lento, disse o diretor da consultoria, José Roberto Mendonça de Barros, em seminário da revista “Exame” na sexta passada, foi confirmado pelos dados de aumento de desemprego e queda na renda divulgados na semana passada. “Além da renda e do desemprego, o consumidor está extremamente cauteloso e isso vai manter o consumo contido”, argumentou.

Pelos dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ritmo mais acelerado de produção na indústria de transformação foi registrado em abril de 1995. Naquele ano, em média, a utilização da capacidade instalada chegou a 86%, cinco pontos porcentuais acima de julho passado.

Em 1997, o Brasil produziu 2,1 milhões de automóveis. No ano anterior, foram fabricados 8,5 milhões de aparelhos de TV e 13 milhões de unidades de linha branca. A produção destes setores em 2002 e 2003 passou muito longe destes volumes recordes. As quedas variam de 15% a 30%.

Picos distantes

Comparação entre os anos recordes da produção e 2002

Segmento/ produto	Maior produção	Ano	Comparação com 2002	Situação em 2003 (até agosto) ⁽¹⁾
Automóveis	2,070 milhões unidades	1997	-15%	-4,0%
Televisores	8,5 milhões aparelhos	1996	-30%	-17%
Linha branca	12,9 milhões unidades	1996	-26%	-17%
Cimento	40 milhões toneladas	1999	-5,0%	-9,5%
Aço bruto	29,6 milhões toneladas	2002	recorde	7,3% ⁽²⁾
Celulose	8,0 milhões toneladas	2002	recorde	16%

Fonte: IBGE, Mdic e Associações da Indústria.

(1) Variação acumulada jan-agosto 2002/2003. (2) Até setembro

Por isso, a capacidade ociosa do país em bens duráveis ronda os 30%, segundo os dados da sondagem conjuntural da FGV.

Também presente ao seminário da última sexta-feira, o empreário Boris Tabacof, do grupo Suzano, diz que os empresários olham pouco para estimativas de 3%, 3,25% ou 3,5% para o crescimento do PIB. “O país precisa parar de achar que consumo é perigoso e precisa ser tratado com choque de juros”, diz ele. Os investimentos necessários ao aumento do PIB potencial, diz ele, virão quando o setor privado perceber que o governo vai deixar o país crescer.

Na avaliação da Tendências Consultoria, o país pode crescer 3% sem que se ponham em marcha os pontos de estrangulamento. Crescer acima deste percentual, diz o sócio Edward Amadeo, implica em ampliar o investi-

mento privado, o que só virá quando forem removidos constrangimentos microeconômicos. “O país não cresce pouco por causa da política macroeconômica. Os limitadores são microeconômicos”, sustenta ele. O setor privado, diz, só fará investimentos em infra-estrutura e serviços quando houver clareza e estabilidade das regras.

Almeida, do Iedi, lembra que a China cresce a uma taxa de 10% ao ano. Isso é possível, diz ele, porque 40% do crescimento é taxa de investimento. “A demanda de hoje amplia a capacidade do ano seguinte. Assim, o país não bate no teto”, pondera. Para Savasini, a única maneira do país voltar a crescer é perseguir saldos comerciais altos. Ele diz que, se o setor privado tivesse a sinalização de que este é o objetivo do governo, haveria investimentos para ampliação da capacidade produtiva.